



COLEÇÃO
HESPÉRIDES
CULTURA

03

GALIZA E(M) NÓS.

Estudos para a compreensão do
relacionamento cultural galego-português

EDIÇÃO DE

Carlos Pazos-Justo

María Jesús Botana Vilar

Gabriel André

hnmus

CEHUM

Centro de Estudos Humanísticos
da Universidade do Minho

A **COLEÇÃO HESPÉRIDES** DESTINA-SE ESSENCIALMENTE À PUBLICAÇÃO DE MONOGRAFIAS E OUTROS TRABALHOS CIENTÍFICOS DOS INVESTIGADORES DO CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS.

O Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho é uma unidade de investigação acreditada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), cujos objetivos prioritários são o desenvolvimento e a divulgação de investigação no domínio das Humanidades, em particular nas áreas dos estudos linguísticos, literários, culturais e artísticos.

COMISSÃO CIENTÍFICA DA COLEÇÃO HESPÉRIDES

Ana Gabriela Macedo

Elisa Lessa

Eunice Ribeiro

Isabel Ermida

Maria Aldina Marques

Maria Filomena Louro

Orlando Grossegese

SECRETARIA CIENTÍFICA

Antón Rodríguez

Claudia Mariño

Raúl Costas

ENTIDADES EDITORAS

Centro de Estudos Galegos da UMinho

Centro de Estudos Galegos da Universidade do Algarve

Centro de Estudos Galegos da Universidade Nova de Lisboa

GALIZA E(M) NÓS

Estudos para a compreensão do
relacionamento cultural galego-português

EDIÇÃO DE

Carlos Pazos-Justo

María Jesús Botana Vilar

Gabriel André

hhuus



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

ÍNDICE

- 7 **GALIZA E(M) NÓS. NOTA INTRODUTÓRIA**
- DO PASSADO
- 11 **AS SEDES DE BRAGA E COMPOSTELA E A RESTAURAÇÃO DA PROVÍNCIA ECLESIAÍSTICA DA GALÉCIA**
Luís Carlos Amaral
- 39 **GALEGOS NO NOROESTE DE PORTUGAL: TRABALHO E ASSISTÊNCIA NA IDADE MODERNA**
Maria Marta Lobo de Araújo
- 61 **A SEMANA CULTURAL GALEGA NO PORTO**
Teresa Soeiro
- DAS IMAGENS E IDEIAS
- 111 **DISCURSO NACIONALISTA E IMAGENS DE PORTUGAL NA GALIZA**
António Medeiros
- 147 **“POBRE GALEGO?” IDEIA E REPRESENTAÇÃO DOS IMIGRANTES GALEGOS NA LITERATURA DE VIAGENS, EM PORTUGAL DE OITOCENTOS**
Nuno Resende
- DA LÍNGUA E LITERATURA
- 171 **A QUESTÃO GALEGA E O PÚBLICO PORTUGUÊS. UMA EXPERIÊNCIA NA INTERNET (1998-2001)**
Fernando Venâncio

5

.....
ÍNDICE
.....

- 191 **O GALEGO (IN)VISÍVEL. INQUÉRITO SOBRE A VISIBILIDADE DA GALIZA E DO GALEGO EM PORTUGAL**
Marco Neves
- 213 **ALFREDO GUIADO, ENTRE O COSMOPOLITISMO DO *ORPHEU* E A *XENTE D'A ALDEA***
António Apolinário Lourenço
- 229 **OS MOUROS E MOURAS ENCANTADOS: SUA PATRIMONIALIZAÇÃO EM PORTUGAL E NA GALIZA E TEORIAS SOBRE A ORIGEM DO SEU NOME**
J. J. Dias Marques
- DO PASSADO NO PRESENTE
- 271 **FRONTEIRA, LIMINARIDADE, *ÁPEIRON*: MEMÓRIA DO COUTO MISTO E *CONDIÇÃO COSMOPOLITA***
Paula Godinho
- 293 **O INTERCÂMBIO ECONÓMICO PORTUGAL-GALIZA NO PERÍODO PÓS-INTEGRAÇÃO EUROPEIA: FRAGMENTOS DO PERCURSO REALIZADO**
J. Cadima Ribeiro
- 315 **O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO EM TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO (TMAD) COMO FORMA DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE CAMINHANTES**
Pedro Ricardo Coelho de Azevedo
- 347 **NOTAS BIO-BIBLIOGRÁFICAS**

DISCURSO NACIONALISTA E IMAGENS DE PORTUGAL NA GALIZA^[1]

António Medeiros

1. Introdução

NA MANHÃ DE 25 DE JULHO DE 1999 UM GRUPO DE PESSOAS CANTAVA, animado por uma concertina e várias percussões improvisadas com latas de refrigerantes, entre a multidão que corria a Rúa do Franco em Santiago de Compostela^[2]. Todos vestiam *T-shirts* brancas e um boné de pala amarelo, comum autocolante que identificava a sua origem numa paróquia rural dos arredores de Braga. Pareciam ser operários de fábricas, mas também estariam ligados ao trabalho na terra; seriam ‘camponeses a tempo parcial’, uma camada da população do Norte de Portugal que nas últimas décadas atraiu atenções notórias de cientistas sociais. Como me disse um dos da rusga, eram “de Portugal” e tinham vindo de excursão “com o padre”. A sua cantoria foi muito animada com a chegada de um rapaz galego que se juntou ao grupo quando este começou a entoar a “Laurindinha”. O recém-chegado conhecia bem toda esta cantiga prazenteira e não só o refrão que agora anoto por

111

DISCURSO NACIONALISTA
E IMAGENS DE
PORTUGAL NA GALIZA

António Medeiros

¹Trabalho previamente publicado em *Etnográfica*, Vol. VII (2), 2003, pp. 321-349.

²A situação narrada nos primeiros parágrafos deste artigo serve também para abrir um outro texto de minha autoria (*cf.* Medeiros 2001); é muito diferente deste, contudo, o respectivo desenvolvimento.

escrúpulo etnográfico: “Vai marinho vai, vai, vai dizer à Laurindinha/vai, marinho vai, vai, ela é tua não é minha”.

Seguiram-se várias interpretações da cantiga, cada vez mais unísonas e entusiasmadas, que chamavam a atenção de quem passava. Detinham-se alguns dos passantes, alargando a roda dos espectadores e dificultando o fluxo da multidão pela rua fora. A partir de certa altura, o rapaz galego começou a conduzir o coro com gestos largos, ao mesmo tempo que cantava mais forte que todos. De repente, quando esmorecia a cantoria, o galego berrou com alento: “Viva Galiza ceibe!³ Viva Portugal!”

Acabou ali a função, dispersou-se o núcleo da rusga em três ou quatro grupos para comentar o que acabava de acontecer; mantinham-se distinguíveis os seus membros no meio da multidão que continuava a fluir, por causa dos bonés amarelos. Um daqueles grupos envolveu-me de repente e pude ouvir melhor os comentários que faziam. Foi o pároco que me pareceu mais inquieto com os gritos inopinados do rapaz galego, talvez porque tivesse suspeitado que podia ser ‘político’ o pequeno alvoroço causado pelo cantor da “Laurindinha”, naquele dia em que o rei de Espanha e o presidente da república de Portugal estavam em Compostela. Ouvi os excursionistas a perguntar-se que se passava com o “espanholito”; diziam: “o que é que este homem quer” ou “parece maluco o espanholito”, enquanto o padre tentava reunir de novo os seus paroquianos, para os afastar depressa dali. Logo perdi de vista os bonés amarelos, entre a massa de gente que enchia a Praça do Obradoiro.

Como aconteceu com os romeiros minhotos, a palavra de ordem “Viva Galiza Ceibe!” também poderia surpreender algum turista ou peregrino vindo de qualquer outra parte de Espanha e que estivesse menos atento às múltiplas reivindicações políticas e culturais de índole nacionalista que atravessam a Espanha contemporânea. O movimento nacionalista galego — e mesmo a existência do galego como uma língua nacional distinta — tem um reconhecimento fluido no interior da Espanha, definida à luz da Constituição de 1978 como “estado de las

³ *Ceibe* ou *ceive*, esta é a grafia normativa, mas ambas as formas são usadas — é um termo que significa livre, solta ou liberta; conferir adiante os comentários sobre alguns dos seus usos na Galiza.

Autonomías”⁴). Um facto que pode ser atestado quotidianamente na imprensa ou na televisão de âmbito estatal, tendo em conta a ausência prática de referências às questões galegas enquanto questões nacionais específicas, ao contrário daquilo que acontece com os casos basco e catalão. É, afinal, uma percepção segmentada que se activa no reconhecimento dos vários movimentos nacionalistas existentes na Espanha contemporânea. Como quis sugerir noutro texto (Medeiros 2002), o processo de galeguização da cultura centra em grande medida a vida política no interior da Comunidade Autónoma. Porém, dada a variedade dos casos similares a nível estatal, apenas uma particular virulência ou conflituosidade permite projectar o respectivo reconhecimento no quadro deste contexto mais amplo.

Não encontrei em Compostela pessoas especialmente informadas sobre as reivindicações nacionalistas nas Canárias, em Valência ou mesmo sobre as manifestações particularistas que também se expressam no Principado das Astúrias, uma região adjacente à Galiza. Por contrapartida, a maioria dos galegos que conheci mantinha algum tipo de opinião, mais ou menos emotiva, sobre os sucessos violentos que marcam as expressões do nacionalismo no País Basco ou, ainda como exemplo, sobre as frequentes posições de força de Jordi Pujol, o líder nacionalista da Catalunha.

A proeminência destes dois últimos casos é antiga; forneceu mesmo exemplos teóricos e de acção que foram emulados na Galiza desde os inícios do século XX e até hoje. Mas, de outro ponto de vista, as referências a Portugal também tiveram uma grande notoriedade na definição do discurso galeguista, ao longo de várias épocas. Neste artigo quero salientar algumas das características destas referências ao país vizinho que surgem como um dos motivos retóricos mais permanentes do discurso nacionalista galego.

⁴ A discrição do movimento nacionalista na Galiza é reconhecida de boa mente pelos seus próprios simpatizantes. Em várias ocasiões, aliás, perguntaram-me como chegara a interessar-me por um fenómeno assim tão pouco conspícuo que não tem atraído atenções relevantes de cientistas sociais estrangeiros, ao contrário do que acontece com os casos catalão ou basco, por relação aos quais são importantes, variados e antigos, os interesses de cientistas sociais forâneos (o trabalho recente de um historiador, Conversi 1997, que compara as expressões do nacionalismo no País Basco e na Catalunha, pode servir como um guião básico da dita variedade de estudos). A existência de estudos a respeito do movimento nacionalista galego é, por contrapartida, mais modesta, sendo na sua maior parte da autoria de académicos galegos.

2. Parentescos e afinidades

O uso do epíteto *espanholito* pelos excursionistas minhotos era irrisoriamente ‘flamenquista’ e poderia sugerir várias interpretações irónicas, que seriam muito óbvias para quem conhecesse bem os tópicos mais salientes do discurso nacionalista galego. Foi acintoso, com certeza, para o intérprete da “Laurindinha” que denunciou com o seu berro nítido a presença que julgava opressiva do Estado espanhol e celebrava ledo a fraternidade de Portugal com a Galiza, à esquina da Rúa do Franco com a Praza do Obradoiro. A comunhão de um momento lúdico com gente do povo vinda do sul do rio Minho ter-lhe-ia parecido ocasião entusiasmante para fazer aquelas celebrações e denúncias.

Poderia narrar-se o descante da “Laurindinha” como um momento de ressurgência de vozes antigas ou de supressão momentânea do tempo e dos estranhamentos que as fronteiras políticas impuseram. Estas podiam ser pensadas como artificiais e recentes, uma possibilidade dada pelo carácter acrónico que frequentemente observam os discursos etnogenealógicos (cf. Smith 1991, 1999). Julgo que vale a pena propor este *pastiche* de interpretações virtuais daquele episódio isolado — faço-o inspirado em propostas de várias épocas que falam das similitudes entre Portugal e a Galiza e que ainda hoje surgem, reiteradas sob fórmulas variadas mais ou menos claras⁵.

Para alguém endoutrinado com alguns dos argumentos etnológicos ventilados de ambos os lados da fronteira desde o século XIX, a situação da Rúa do Franco poderia aparecer como um registo privilegiado das razões de comunidade galaico-minhota, das suas marcas imperecíveis. Ali, uma peça do folclore surgia comungada de maneira lúdica pelos nativos das duas partes da velha *Gallaecia*, num momento intenso, tanto mais sugestivo quanto ocorria no contexto de uma peregrinação (cf.

⁵ Um exemplo recente e adequadamente nebuloso (cf. Chapman 1982), surge-nos formulado a partir de Portugal num texto do escritor Mário Cláudio, intitulado “Endovélico: continuidade cultural de uma mística reprimida na periferia atlântica”. Este é um texto de difícil interpretação, recheado de citações obscuras de etnólogos portugueses famosos, que surge nas actas de um dos muitos colóquios internacionais realizados em Santiago com o patrocínio da Xunta de Galicia (cf. Ledo Andión 1996, pp. 379–382). Os temas deste encontro eram questões muito actuais relacionadas com estudos e propostas para a gestão política dos media; um contexto inesperado, mas seguramente sugestivo, das potencialidades destas formulações de afinidade tão metafóricas.

Turner & Turner 1978). Eram (ainda) camponeses os seus principais intérpretes, uma camada que uma tradição erudita antiga — reassegurada pelas sensibilidades românticas e, sobremaneira, pela literatura etnográfica — afere como documentos mais fidedignos da perenidade das identidades colectivas (*cf.* Williams 1993; Herzfeld 1986).

Em 1949, Fermín Bouza-Brey abria considerações a propósito de um tema curioso — “El lagarto en el folklore galaico-portugués” — assegurando, de modo desenfadado:

Pero en el costumbrismo, en la tradición, en las prácticas agrícolas, en los ritos religiosos, hay mucho que poner en confronto todavía, aunque no necesitemos ciertamente de tal labor para saber que la Galicia histórica, hasta el Duero, es un mismo pueblo, con unas mismas tradiciones y una misma alma saudosa (Bouza-Brey 1982, p. 65).

Nesta citação, de um dos mais conhecidos etnógrafos galegos do século XX, temos ‘certezas’ sobre as razões de comunidade transfronteiriça, propostas numa frase que elide ostensivamente a história (*cf.* Fabian 1983). Ali, contudo, alguém mais avisado reconhecerá facilmente a marca ideológica de um período datável com precisão: a que fica exposta na referência feita à “alma saudosa”, supostamente comum a quem vive acima do Douro^[6]. Esta citação de um autor prestigiado surge-nos como exemplo de asserção monumentalizadora (*cf.* Herzfeld 1991), como uma peça de senso comum erudito que pode ser tomado como um bom exemplo do discurso galeguista por relação a Portugal.

Para atribuir sentido àquele episódio avulso da Rúa do Franco e enquadrar a frase de Bouza-Brey, temos de ter em conta o lugar que as referências a Portugal ocupam nas definições da Galiza como nação, propostas que remontam já ao século XIX (*cf.*, por exemplo, Máiz 1997; Beramendi & Nuñez Seixas 1995). Ali tem um relevo muito importante a defesa da existência de uma solidariedade galego-portuguesa latente

⁶ Tema de referência para a interpretação da psicologia étnica de portugueses e galegos, nitidamente influenciado pelas formulações desenvolvidas por Teixeira de Pascoaes no início do século XX (*cf.* Leal 2000). O poeta e autor da *Arte de Ser Português* foi muito lido e citado na Galiza pelos intelectuais nacionalistas da redacção da revista *Nós* de quem Bouza-Brey foi discípulo directo (*cf.* a correspondência dirigida a Teixeira de Pascoaes recolhida por Álvarez & Estraviz 1999).

e constante que estaria fundada em afinidades de índole histórica, linguística e etnológica.

Nas versões melhor informadas — mais raras, formuladas pelos mais eruditos — sugerir-se-á mais precisamente que existem afinidades mais decisivas por relação às províncias adjacentes do Norte de Portugal. Contudo, mesmo neste tipo de formulações melhor referenciadas, nem sempre surge nítida a atribuição de importância às diferenças regionais existentes no país vizinho ou o seu conhecimento efectivo; pormenores que sublinharão o seu carácter eminentemente retórico^[7].

Foram analisadas em vários textos recentes de autores galegos as expressões, e balanceamentos conjunturais, das referências a Portugal no discurso galeguista. Destacaria, entre outros, contributos de Vázquez Cuesta (1991), Villares (1983), Nuñez Seixas (1991), Torres Feijó (1999), Álvarez e Estraviz (1999) ou López Mira (1998). Esta variedade de aproximações críticas que o tema suscitou dará conta do relevo que lhe tem sido atribuído nas décadas mais recentes, quando se afirma com mais visibilidade o movimento nacionalista e se consolida o processo de nacionalização da cultura galega.

Hoje é nítida a ausência de atenção às relações de Portugal com a Galiza por parte dos estudiosos portugueses, não tendo paralelos locais as preocupações que recentemente têm suscitado a atenção de tantos académicos galegos notáveis. É verdade, contudo, que vários dos ideólogos oitocentistas do nacionalismo português tinham dado importância à reflexão sobre as relações étnicas e linguísticas de galegos e portugueses. Destacaria, de forma avulsa, nomes tão importantes como Teófilo Braga, J. Leite de Vasconcelos ou Oliveira Martins^[8].

⁷ É notável uma frase de Manuel Murguía — o ‘patriarca’ do nacionalismo galego — entre as formas precoces daquelas afirmações de afinidade, curiosa porque insinua uma ameaça ‘arredista’ e um horizonte de aproximação política entre Portugal e Espanha. Dizia o famoso historiador da Galiza, ainda em 1888:

El peligro que por esto corre el Estado español, de que se ahonden las diferencias que nos separan, y conviertan en marcada hostilidad las relaciones que al presente unen á las diversas nacionalidades de que se compone, es tanto más serio, cuanto Galicia se halla constantemente solicitada por Portugal, y puede en un momento dado venir en su auxilio y tomarla para sí, sin que nos duela, ni mucho menos (Torres Feijó 1999, p. 302).

⁸ Preocupações ilustradas recentemente por Torres Feijó (1999), que propõe uma selecta esclarecedora de citações destes autores a propósito da Galiza.

Com o fim da I grande guerra, numa impressão genérica, surgem-nos multiplicadas as menções passageiras feitas à Galiza por parte de autores portugueses das mais variadas posturas ideológicas. Essas referências podem ser encontradas em revistas daquela época, como *A Águia*, *Nação Portuguesa* ou a *Revista de Guimarães*, mas também na imprensa diária, nomeadamente nos títulos mais importantes editados no Porto^[9]. Este foi um período de charneira no que respeita à sensibilidade para com as questões nacionais, quando pela Europa fora estavam a ser redesenhadas muitas das fronteiras políticas e surgia a Sociedade das Nações (*cf.* Mazower 1998; Hobsbawm 1994).

Contudo, apesar de ter sido em torno dos anos 20 que houve maior constância de referências à Galiza na imprensa portuguesa, estas teriam sido afinal discretas, numa apreciação abrangente. Ecoam-se opiniões formuladas nos finais do século XIX, surgem alguns contributos originais, mas sobretudo creio que se responde, com maior ou menor generosidade, às solicitações de colaboração literária feitas a partir dos periódicos mais próximos do movimento galeguista. Até hoje, estes permanecem como o melhor espelho de quão pouco relevantes foram as preocupações com a Galiza por parte dos intelectuais portugueses, que sobretudo perceberam a mera irrupção de um caso de regionalismo literário, à imagem dos então famosos félibres provençais (*cf.* Roche 1970; Thiesse 1991). Foi, nessa medida, boa a disposição para responder aos apelos de tutela e às disposições obsequiosas de além-Minho.

Para os intelectuais galeguistas, as colaborações portuguesas — e as referências genéricas a Portugal — surgiam como factor de prestígio e de aferição das teses ‘diferencialistas’, cuja produção ensaiavam com grande vigor e imaginação naquela época. Apesar da importância atribuída localmente a estas colaborações vindas de Portugal — ainda hoje reificada como memória prestigiante —^[10], atrevo-me a dizer que foram fragmentários e de baixa qualidade a maioria destes contributos. Autores como Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoaes e até mesmo

⁹ As publicações galeguistas da época são seguramente — por razões compreensíveis — o melhor repositório das menções feitas à Galiza nos periódicos e na literatura portuguesa da época. É especialmente rica neste tipo de menções a rubrica de recensões “Os Homens, os Feitos e as Verbas” mantida na revista *Nós* pela mão de Vicente Risco, o seu director.

¹⁰ Veja-se um exemplo entusiasmado em Ledo Andión (1982); outro, mais sóbrio, em Sánchez Rey (1992).

A. Sardinha surgem ali citados como referências veneradas, ainda que as suas colaborações sejam esparsas e sumárias e nem sempre muito claras nas suas derivas especulativas^[11]. Outros autores portugueses, vários dos quais completamente anónimos hoje em dia, eram também acolhidos com referências certamente demasiado generosas, tendo em conta os seus méritos^[12]. Recolho um exemplo de um dos primeiros números da famosa revista *Nós*:

D'enton pr'acó, o movimento foise acentuando... N-A Nosa Terra acollíanse con ledicia os escritos de José Joaquim Nunes, Antonio Sardinha, Luis d'Almeida Braga, Novais Teixeira y-outros moitos escritores portugueses (...) A Nosa Terra principiaba, ó tempo, a estudar ó dia as manifestaciós mais novas da literatura e da arte portuguesa. En Portugal, os espritos mais escolitos das novas xeneraciós, íbanse decatando do noso esforzo de reconstrución da Patrea Galega e, ollándonos con agarimo, mesmo con curiosidade, dábanos azos con as suas verbas cheas de sentimento fraterno. Eran Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Pina de Moraes, João Peralta, Armando de Basto, Manuel de Figueiredo, João de Castro, Alexandre de Córdova, José Cervaens Rodrigues, Orlando Marçal, A. Pereira Cardoso, e moitos mais (*Nós* 1979 [1921], 1(7), p. 4).

Podê reconhecer-se como característica estrutural na história das referências feitas de parte a parte, entre a Galiza e Portugal, a tentativa de perceber a existência, do outro lado da fronteira, de uma parte irredenta do próprio país.

Esta característica será melhor perceptível nalgumas das especulações dos portugueses, mas marca também vários dos enunciados propostos pelos autores galegos (*cf.* López Mira 1998), ainda que sempre

¹¹ O artigo de Sánchez Rey “O eco de alén Miño na Xeración Nós”, sumaria eficazmente os sincretismos nebulosos de algumas destas colaborações (e os tratos de polé que a respectiva interpretação imporia aos leitores galegos). Nesta medida, resta como um documento sobre os produtos da chamada ‘filosofia portuguesa’, na sua época de maior esplendor — contemporânea das actividades do grupo da ‘Renascença Portuguesa’ —, do ponto de vista curioso da sua recepção na Galiza.

¹² Conferir o artigo “Portugal e a Galiza”, editado em *Nós*, n.º 2, em 1920, ou o artigo “A Embaixada Espiritual de Leonardo Coimbra”, em *Nós*, n.º 7, em 1921. Conferir também Sánchez Rey (1992). Ledo Andión faz resenha das colaborações portuguesas no periódico *A Nosa Terra* (1982).

sejam muito vagas as formulações em qualquer dos casos. Vale a pena citar o extracto de Jaime Cortesão que, embora muito tardio, expressará bem alguns dos contornos de como se imaginou, a partir de Portugal, uma questão galega na ‘era dos nacionalismos’. É significativa esta frase, porque vinda de um homem formado na ‘Guerra das Nações’ e que foi um dos ideólogos mais relevantes do nacionalismo republicano das esquerdas: “Graças ao Minho e ao seu povo, fazendo corpo com a Galiza — *Alsácia portuguesa* [meu itálico] — tivemos uma poesia lírica, de inspiração e encanto feminil e todo um dialético plástico esculpiu nos capitéis de granito retábulos do barroco nacional” (Cortesão 1966, p. 17)¹³.

Esta frase poderia ser cotejada, entre muitas, com outra mais precoce oriunda da Galiza, na qual se fala em simultâneo da organização de jogos florais, da facilitação do comércio de livros e, ainda na mesma sequência e com igual ênfase, do restauro de uma civilização galaico lusitana: “NÓS quiere ter a sua parte n-ise movimento que leva un car’o o outro ós dous pobos irmaus, n-ise movimento cheo de promesas groriosas” (*Nós* 1979 [1920], 1(2), p.8).

De facto, na maior parte das vezes, foi sob fórmulas vagas desta índole — também basicamente equivocadas no que diz respeito à interpretação das disposições vigentes do outro lado da fronteira — que surgiram propostas ou expectativas de uma aproximação luso-galaica. Este tema foi glosado sob fórmulas sempre mais ou menos poéticas e indefinidas (cf. Villares 1983), envolvendo curiosas classificações de um grande poder afectivo, onde os usos do vocabulário de parentesco foram frequentes — *irmã, mãe, filha, filho, namorado, noiva, marido, mulher*, etc. Um exemplo ilustrativo, de uma densidade notável, pode ser encontrado na citação dos extractos de uma carta de Teixeira de Pascoaes para os

¹³ No final dos anos 30, com a consolidação do ‘Estado Novo’, encerrou-se um ciclo de interesses pela Galiza por parte dos intelectuais portugueses, que tinha ganho algumas expressões nítidas a partir das últimas décadas do século XIX. Cristalizaram então expressões vivas e politicamente plurais do nacionalismo que tinham marcado os anos da I República, quando vingaram em Portugal interesses pela Galiza, na minha opinião sobretudo acicatados pelas solicitações de reconhecimento vindas de além do Minho. Foi, no entanto, o *Alzamiento* de 1936 que marcou mais definitivamente o fim das curiosidades mantidas em Portugal pela ‘questão galega’, desinteresse que perdura até hoje, em grande medida. A opinião de Cortesão citada acima é, de algum modo, extemporânea, mais característica dos tempos de juventude do autor.

seus amigos galegos: “A Galiza é irmã e mãe de Portugal. Portugal saíu dos seios da Galiza; depois abandonou a Mãe e foi por esses mares fóra; fugiu como o filho pródigo”. Pascoaes acrescenta num parágrafo seguinte: “Serenada a tempestade que agita o mundo a Galiza e Portugal aparecerão espiritualmente casados para afirmarem sobre a terra a sua Alma saudosa e redentora” (*Nós* 1979 [1920] 1(1), p. 4).

Mas as consequências deste tipo de declarações de parentesco e afinidade tão frequentemente feitas têm sido, até hoje, inconsequentes nos seus resultados práticos¹⁴. Cumpre anotar que as referências a Portugal se mantiveram constantes no discurso galeguista. Sobreviveram recatadamente durante a autarcia franquista e renovaram-se com vivacidade nas últimas décadas, tendo-se popularizado e florescido de maneiras por vezes surpreendentes.

Durante o franquismo, as relações de vários dos intelectuais galeguistas com meios eruditos portugueses, no Porto ou em Guimarães, tornaram-se paradoxalmente mais sólidas ou pelo menos mais substanciais do que tinham sido até 1936. Surgiam sob a forma de colaborações científicas escritas em castelhano — toleradas porque expurgadas de conotações políticas explícitas —, aparecidas em várias revistas portuguesas, com uma constância notável ao longo de décadas. Contrastavam estas colaborações substanciais, enviadas da Galiza para revistas como a *Douro Litoral*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, *Revista de Guimarães* e depois para a *Revista de Etnografia*, com o carácter fragmentário dos textos que tinham servido a interlocução de galegos e

¹⁴ Isto acontece mesmo no que diz respeito a algumas das dimensões comezinhas de expectativas mantidas no início do século passado pelos intelectuais galegos, como a fluidificação do comércio de livros nos dois sentidos. Por exemplo, pude comprovar em 2000, numa ronda das melhores livrarias de Lisboa, que era impossível encontrar um qualquer dos vários dicionários de galego hoje disponíveis (aliás, esta busca pareceu espantar bastante os funcionários que contactei). Por contrapartida, estão melhor abastecidas algumas das boas livrarias da Galiza de livros portugueses, ainda que seja relativizável a variedade desta oferta.

portugueses no período anterior à guerra civil^[15]. Até então, tinham sobretudo vingado as saudações e elogios mútuos, as declarações mais ou menos radicais de afinidades, surgidas sob fórmulas tão poéticas quanto inconsequentes^[16].

¹⁵ É a partir do início dos anos 30 que começam a marcar presença os envios de colaborações para as revistas do Porto, por parte dos arqueólogos e etnógrafos galegos. Pontuaram neste primeiro período os nomes de Xaquín Lorenzo, Florentino Cuevillas, Fermín Bouza-Brey ou — menos frequentemente — Antonio Fraguas, surgindo editados em galego os respectivos textos. Este movimento consolidou-se mais tarde, sobretudo no final dos anos 40 e durante a década seguinte, tendo também ganho alguma regularidade as presenças de textos de personalidades tão importantes como Ramón Otero Pedrayo ou Vicente Risco, e outros folcloristas menos conhecidos. Os intelectuais galegos marcaram presença nalguns dos momentos celebratórios da etnografia e da arqueologia portuguesa, desde a *Homenagem a Martins Sarmento*, de 1933. Marcaram presença ainda no *Congresso do Mundo Português* em 1940, no 1.º *Congresso de Etnografia e Folclore* de 1956, no *Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. Leite de Vasconcelos* em 1958 ou no *Congresso Internacional de Etnografia* de 1963. Em 1935 tinha-se realizado uma *Semana Cultural Galega* na Universidade do Porto, momento que teria sido importante no reforço das relações pessoais, depois mantidas nas três décadas seguintes. Do lado português, foram protagonistas importantes desta interlocução personagens de relevo como António Mendes Correia, Fernando Castro Pires de Lima ou o arqueólogo Mário Cardoso, responsáveis pelas revistas onde surgiram com mais regularidade as colaborações arqueológicas e etnográficas dos intelectuais galeguistas, nas décadas de maior rigor dos dois regimes autoritários.

¹⁶ Para um leitor português é surpreendente a escassez de referências feitas nos periódicos galegos às transformações radicais que nos anos 30 sofria a vida política em Portugal. Esta ausência de atenção e de conhecimento é muito evidente nas publicações mais directamente ligadas com o movimento nacionalista, pelo que fica mais uma vez sublinhado o carácter retórico das referências que amiúde faziam ao país vizinho. Por contrapartida, depois de 1936, tornou-se infimo o trânsito de textos de Portugal para a Galiza e também, mais genericamente, os interesses científicos de portugueses pelas questões galegas, um desfazamento que ainda hoje parece manter-se, em grande medida. Parece ter sido pouco relevante o trânsito de textos científicos de portugueses em direcção à Galiza durante o franquismo, um facto justificável na medida da debilidade da edição académica local. Também a circulação de investigadores naquele sentido foi muito pontual, para além dos interesses continuados mantidos por Manuel Rodrigues Lapa, um historiador da literatura medieval, com certeza o mais constante dos galegófilos da segunda metade do século. Jorge Dias foi leitor em Santiago de Compostela em meados dos anos 40; contudo, são poucas as suas obras — 1946, 1962 e 1963 — que dão relevo substancial a questões de interesse galaico-português, estando vertidas sobretudo na equação de questões arqueológicas e de proto-história (importa notar que a arqueologia teria sido o terreno mais fecundo e regular de colaboração científica entre estudiosos galegos e portugueses).

As referências de afinidade com Portugal foram, ao longo do tempo, sobretudo recursos úteis aos nacionalistas galegos para articular propostas de diferenciação face a ‘Castela’, ao ‘centralismo’ ou a ‘Espanha’, termos usados como sinónimos e que são referentes retóricos de alteridade mais habituais do discurso galeguista. Segundo Ramón Villares, procurou-se configurar “ao viciño país como un ‘mito fundador’, un factor definidor e caracterizador da identidade galega” (1983, p. 302). Assim, as menções feitas a Portugal — abstractas ou muito superficialmente fundadas, na maior parte das ocasiões — surgem-nos como recurso para sublinhar as razões de diferença da Galiza no quadro estatal espanhol. Este tipo de exercícios espelhísticos já tinha expressões na Galiza no século XIX e ganhou os seus traços definidores nas primeiras décadas do século seguinte, mantendo-se. Contudo, foi apenas nos anos mais recentes que conheceu um curso de popularização gradual, podendo ser reconhecido como parte do senso comum de muitos galegos hoje, sobretudo daqueles que estão mais próximos das posições galeguistas militantes, cujas perspectivas difusas quero vincar a partir de agora.

3. Histórias galegas de lusos

Um exemplo actual da divulgação sumária do filolusismo galeguista pode ser encontrado numa ‘página pessoal’ da Internet, mantida por um anónimo. Ali, imersa numa edição simplista com manipulações ortográficas curiosas, surge uma série de citações da autoria de vários dos ideólogos mais relevantes do nacionalismo galego, feitas a propósito das afinidades que tinham reconhecido por relação a Portugal e das suas opiniões sobre o destino da língua galega. Entre estas, surge um extracto atribuído a Ramón Otero Pedrayo que transcrevo integralmente, para dar conta das dificuldades que teria o famoso literato galeguista em reconhecer-se, tanto na menção feita à sua pessoa como na citação de um extracto do seu trabalho:

Ramom Outeiro Pedraio (1888–1976)

Os melhores espíritos portugueses e galegos som cidadãos da integridade da Galiza antiga (...) a língua deve voltar a ser a mesma, para fortalecimento

do ser transcendental da Céltiga ibérica. Galiza, tanto etnograficamente como geograficamente e desde o aspecto lingüístico, é umha prolongaçom de Portugal; ou Portugal é umha prolongaçom da Galiza, o mesmo dá (1931-1932)^[17].

Algumas das iniciativas de endoutrinação galeguista — entusiastas na maior parte das vezes, como acontece neste exemplo da Internet — popularizam opiniões lusófilas e inspiram manifestações diversas que podem surpreender os portugueses que visitam a Galiza ou que têm algum tipo de contacto com as suas expressões. Mas para além da articulação de declarações lusófilas feitas por eruditos ao longo do tempo — ou das suas reiteraões contemporâneas, justificadas por razões de proselitismo político —, são muito plurais as referências feitas a Portugal e aos portugueses no quotidiano. Estas nem sempre são positivas, como poderá dar-se conta quem estiver familiarizado com o dia-a-dia nalguma das localidades galegas.

Naquilo que diz respeito às observações contingentes, feitas quotidianamente, propicia-se facilmente a oportunidade para relativizar as definições eruditas das relações da Galiza com Portugal que cristalizaram no discurso galeguista. Estas fazem referência, por regra, a um tempo sem triagens, alheio às contingências da história, invocando a existência de similitudes etnográficas como garantes de afinidades inamovíveis, num registo de latência ou que aferem a existência de comunidades primordiais em épocas remotas e mal conhecidas. Também permitem imaginar um tempo futuro que redima as fronteiras actualmente existentes, tomadas como acidentais e contingentes, ainda que tenham quase nove séculos de existência.

No início do meu trabalho de campo em Santiago fui assistir a uma conferência na Faculdade de Filologia, onde encontrei um auditório cheio de jovens estudantes entusiasmados. Ia falar sobre reintegração ortográfica uma personagem famosa nos meios nacionalistas mais

¹⁷ Surge aqui um dos exemplos da aplicação da norma ‘reintegracionista de máximos’. Foi em textos que observavam esta regra — sobretudo aqueles que a aplicavam de forma mais maginosa, mimando tanto quanto possível a ortografia portuguesa — que encontrei algumas das dificuldades mais intrincadas de compreensão do galego. São centenas as ‘páginas’ na Internet, mantidas tanto por associações como por indivíduos, que respeitam ao debate linguístico e, nomeadamente, à defesa das diversas normativas ortográficas.

radicais, uma das poucas pessoas que na Galiza tinha estado envolvida na ‘loita armada’ (que chegou a vingar, com escassas acções registadas, nos anos 70). Os créditos do ex-guerrilheiro por relação ao tema agendado — se bem percebi em todo o desenvolvimento da conferência — cingiam-se sobretudo ao entusiasmo das suas convicções ‘lusistas’, o que não diminuiu a reverência com que os estudantes ouviram as suas palavras.

O conferencista começou por falar rapidamente da civilização megalítica e de celtas, como fundamentos das diferenças da cultura galega e, logo de seguida, referiu-se com mais pormenores a personagens como D.^a Urraca, D.^a Tareixa, Afonso Henriques ou o conde de Trava. Os pormenores que deu sobre a separação de ‘Portugal e da Galiza’ e toda a evocação daquelas figuras medievais remotas tornaram o ambiente do auditório surrealista. Confrontei-me com um restauro bizarramente deslocado de lições de história que tinha escutado na escola primária, ainda que surgissem diferenças na valoração relativa feita do papel dalgumas das personagens. O conferencista ainda falou do ‘mariscal’ Pardo de Cela, uma figura aristocrática do século XV, heroicizada como resistente à centralização pelos nacionalistas da década de 1920, antes de referir as lutas presentes. O inimigo era a norma ortográfica oficial e que o futuro da língua galega só poderia ser assegurado pela ‘reintegração’ era ponto assente.

Decidi pôr uma questão, fi-lo em português, tentando vincar a pronúncia característica do Minho, num intento de facilitar a sua compreensão por parte dos presentes. A julgar pela resposta dada, julgo que me compreendeu mal o conferencista. Mas a palestra seguiu depois deste quiproquó, e todo o auditório parecia entusiasmado depois daquela lição de história sintética da Galiza, feita a propósito do “problema da língua”, e onde o elogio do português e de Portugal fora tomado como uma petição de princípio.

No quotidiano, por contrapartida, é frequente que surjam sublinhadas razões de estranhamento por relação a Portugal e aos portugueses, justificadas por experiências biográficas ou pela reiteração de juízos etnocêntricos que acontecimentos contingentes ajudam a asseverar. Assim, a detenção de prostitutas portuguesas num bar de beira de estrada, a queda de uma ponte em Portugal ou a morte no porto de Vigo de um marinheiro português que nunca tinha feito descontos

para a segurança social, etc., podem ser exemplos de contingências que permitem reiterar os menosprezos mais comuns de muitos galegos que têm como objecto os portugueses.

Vale a pena sugerir alguns exemplos, para perceber como na Galiza coexistem versões muito diversas dos modos de imaginar o país vizinho, mas também para ilustrar o modo como esses se transformam, por força do processo de construção de uma cultura nacional galega, onde uma imagem muito positiva de Portugal é replicada. Esta é parte do legado do galeguismo histórico e foi, como já ficou sublinhado, uma fonte importante da sua justificação ideológica, que hoje conforma as perspectivas sobre o país vizinho para um número crescente dos habitantes da Galiza.

Noutra conferência a que assisti em Compostela, um dos assistentes, um português, fez uma menção muito passageira ao facto de no Norte de Portugal serem menores os indícios de desenvolvimento económico, quando postos em comparação com a Galiza. Teria base factual esta observação, quero dizer que seria documentável pelo confronto dos indicadores económicos de ambas as regiões e é algo que surgirá evidente para o viajante atento que as atravesse. Aquela foi, de facto, uma menção muito circunstancial e que devia ter sido inconsequente; contudo, suscitou reacções curiosas na audiência de jovens universitários. Alguns dos estudantes presentes começaram a dizer que, pelo contrário, era muito mais rico o país vizinho e abriu-se uma série de testemunhos sobre esta suposta prosperidade, onde se tornou evidente que os intervenientes tinham conhecimentos muito pontuais sobre Portugal. Uma das estudantes começou a desfiar muito articuladamente as razões do atraso e pobreza da Galiza, e estas podiam ser resumidas como um rol de denúncias das imposições ‘centralistas’ de Madrid.

A interpretação que podemos fazer desta defesa inusitada da prosperidade dos portugueses deve correr de encontro a um pano de fundo da ideologia nacionalista e da sua circulação na Galiza contemporânea. Estava em causa, ali, um dos temas fortes da propaganda nela inspirada: a denúncia da espoliação da Galiza por parte de ‘Castela’ ou de ‘Madrid’, que é apresentada como um factor constante, atravessando todos os séculos desde que a região sofre dependência política, depois que se encerrou a mitificada idade de ouro medieva.

Eram estas imagens tópicas, a que referências a teorizações das ‘situações coloniais’ que ainda vingavam nas décadas de 1950–1960 davam lastro teórico, a razão mais forte que servia para idealizar as realidades da situação económica em Portugal. Aos olhos dos jovens simpatizantes do movimento nacionalista, falava-se de um país que tinha sido capaz de se manter livre daquelas depredações ‘colonialistas’, mais rico por isso, inquestionavelmente.

Por contrapartida, nas ruas, nas lojas ou nas tabernas, para os galegos mais desfasados das simpatias lusófilas vigentes nos meios galeguistas, são vulgarmente outras as perspectivas sobre o país vizinho. Era junto dos membros de gerações mais velhas — que ainda conheceram as agruras do pós-guerra, se tornaram adultos durante o tempo em que vingou o ‘desarrollismo’ tardo-franquista e que beneficiaram do crescimento contínuo da economia espanhola ao longo das últimas décadas — que outros modos de ver Portugal vingavam. Estes eram, mais caracteristicamente, opiniões de pessoas das classes médias-baixas, com origens rurais directas, muitas vezes os pisados jovens universitários com simpatias nacionalistas que frequentam conferências sobre Portugal, em Compostela^[18]. Assim, uma das razões mais comuns do seu desdém por relação aos portugueses seria justamente a sua ‘pobreza’ ou ‘atraso’. Opiniões que várias vezes aferiram comigo em conversas inquiridoras, querendo confirmar as suas impressões de que eram muito baixos os salários médios, as pensões de reforma ou os subsídios de desemprego no meu país de origem^[19].

¹⁸ Esta é uma questão bastante curiosa na Galiza de hoje, actualizando uma ilustração da solidariedade das gerações alternadas, argumento famoso na nossa disciplina. Os galegos jovens — sobretudo gente com 20 e 30 anos, mais próximos das ideias nacionalistas — tendem a perceber os seus pais como uma espécie de ‘geração perdida’, desgaleguizada, reconhecendo, por contrapartida, os avós como detentores de razões de identidade galega que muito prezam. Os avós, por seu lado, ainda que se sintam lisongeados, reconhecem os limites da sua educação formal e as corrupções do galego que falam habitualmente; mas orgulhar-se-ão dos netos, da sua educação superior que lhes permite escrever em galego — e em castelhano, também! — com desenvoltura.

¹⁹ Em certas ocasiões, estas referências serviram para interrogar como era possível que eu fizesse antropologia ali, vindo de Portugal. Questões curiosas, porque estavam em causa lugares que dizem respeito ao exercício dos antropólogos, onde é pressuposta a sua prática em regiões deserdadas exóticas e um ascendente face aos nativos, factores notoriamente ausentes no meu caso.

Em várias ocasiões ouvi comentar a empregados de café ou a donos de outros estabelecimentos as suas expectativas muito baixas sobre o civismo do comportamento dos visitantes portugueses mais característicos. Estes são, muitas vezes, pobres e de origens rurais; gente que sobretudo frequenta Vigo para fazer compras ou Santiago enquanto turistas religiosos, em ambos os casos em excursões muito rápidas feitas em autocarro. Assim, em Vigo é proverbial a referência aos “jueves de los portugueses”, o dia de mais intenso comércio, quando se espera que os jardins públicos das zonas comerciais surjam juncados do lixo das merendas daqueles visitantes^[20]. Em Santiago observei, em diversas ocasiões, como a aproximação de uma excursão de portugueses podia deixar em cuidados e enervar as empregadas de lojas mais sofisticadas, dando a sua retirada lugar a alívio e a comentários muito expressivos da pouca consideração que suscitavam.

Nas páginas da imprensa das primeiras décadas do século, era muito frequente na anotação dos sucessos de polícia que os suspeitos mais imediatos de crimes e malfetorias acontecidas pela Galiza rural afora fossem portugueses. “Fue detenido por sospecho un ciudadano portugués” era uma expressão frequente reiterada por velhos exemplares de jornais como *El Pueblo Gallego* ou *La Voz de Galicia* das décadas de 1920 e 1930, surgindo nas páginas adjacentes dos artigos de opinião e de polémicas políticas que me interessava mais imediatamente pesquisar. Como se pode deprender daquele tipo de notícias, os suspeitos seriam trabalhadores de diversos mesteres e vagabundos, cujo trânsito vários indícios deste tipo permitem supor ter tido relevo ao longo do século XX.

Esta presença de portugueses na Galiza é muito mal conhecida, dada a ausência de estudos específicos, e surge como uma contracorrente que não teve seguramente as características massivas da vinda de galegos para o Porto e Lisboa, na mesma época. A discrição do

²⁰ Curiosamente, *portugueses* é o termo depreciativo com que são provocados os adeptos do Celta, o maior clube de futebol de Vigo, pelos seus rivais do Deportivo de Coruña. *Portugueses* também pode ser usado para designar o conjunto dos habitantes da província de Pontevedra, de forma desdenhosa. Aliás, as simpatias futebolísticas são um registo muito curioso de observação, na medida em que reconstituem a pertinência do estado como comunidade imaginada e se tornam motivo de manifestações de ‘nacionalismo banal’, inevitáveis mesmo entre os galeguistas mais empedernidos da extrema-esquerda.

trânsito de trabalhadores em direcção à Galiza parece sugerir o seu carácter avulso, individualizado, mas também sugerirá fortemente as facilidades da sua inserção, potenciadas por afinidades de língua e de costumes que são, ao fim e ao cabo, muito efectivas. Na medida de histórias ouvidas em diversos lugares da Galiza a pessoas idosas, parecem ter sido relativamente comuns os casos de equipas de serradores ou de pedreiros portugueses que percorriam a Galiza em busca de trabalho, alguns dos quais acabavam por se fixar em contextos rurais. Aliás, ainda hoje podem ser encontrados jornaleiros e caseiros portugueses pelas aldeias da província de Lugo, e no Minho foram-me referidos casos destes, recentes, de caseiros, criados de lavoura ou de raparigas que se tornaram prostitutas; afinal, gente de diversos ofícios das freguesias rurais, de quem se dizia que “foram para Espanha” (Galiza) e dos quais se tinha perdido, grande parte das vezes, a notícia nas suas localidades de origem^[21]. Mas os trânsitos constantes, os desprezos etnocêntricos pelos portugueses por parte de galegos, e também as afinidades efectivas que permitem que gente humilde vinda de Portugal se fixe na Galiza de um modo tão recatado são uma parte ignorada nas referências feitas ao país vizinho no discurso galeguista.

Em Santiago é possível encontrar quem tivesse trabalhado em Portugal ou, mais frequentemente hoje, os filhos e netos destes emigrantes em grande número presentes no Porto ou em Lisboa ainda no primeiro terço de século XX. Por isso, nos transportes públicos, é frequente encontrar, a caminho de Lisboa, senhorios de prédios nas ruas do Bairro Alto ou da Baixa que vêm tratar de rendas ou de burocracias relacionados com as suas heranças. Mas os destinos dos galegos emigrados em Portugal em diversas épocas são uma parte despidianda da história do movimento nacionalista na Galiza, a despeito da retórica filolusista que o tem marcado tão intensamente, como já quis sugerir até aqui. Contudo, de outro ponto de vista, são inextricáveis as histórias do galeguismo e da emigração, cruzadas nos mais variados aspectos, tendo aliás seguido um padrão comum a outros casos de nacionalismo

²¹ Este era um tipo de emigração em que parecia mais frequente esta perda definitiva de notícias, ao contrário do que habitualmente acontecia com quem se dirigira para destinos mais distantes na Europa.

etnolinguístico, bem documentados pela literatura comparativa^[22]. Mas Portugal e, nomeadamente, a comunidade de galegos emigrados em Lisboa aparecem-nos arredados do percurso histórico de organização política e de proselitismo do galeguismo desde finais do século XIX^[23].

Foi o carácter ‘monumental’ do tempo e das práticas de referência por relação às quais se enuncia o conhecimento de Portugal no discurso galeguista que quis sugerir com os exemplos até agora desfiados (*cf.* Herzfeld 1991).

4. Uma canção recolhida num lugar remoto

Rafael, um dos meus comensais à hora de almoço em Santiago, tinha crescido entre Lisboa e São Salvador da Bahia, uma vez que era filho de emigrantes galegos que tinham desenvolvido negócios em cada uma destas cidades. Nas nossas conversas, em várias ocasiões, discorremos sobre as características da vida de rua nas Portas de Santo Antão, no centro de Lisboa, ou sobre truques da preparação do arroz, um produto pouco usado — e de receituário muito rudimentar na culinária galega — do qual ambos sentíamos a falta. Naquela roda de comensais, todos eram afectos às posições do Bloque Nacionalista Galego, mais ou menos militantes, e com conhecimentos relativamente importantes da história do galeguismo; por isso, eram frequentes as conversas com

²² Onde fica referida a importância recorrente da influência de expatriados na “invenção de tradições” nacionais, como já anotava Hobsbawm (1985). Conferir também contributos recentes sugestivos sobre intervenções de emigrantes em novas expressões de discursos nacionalistas com Appadurai (1997).

²³ Julgo que este facto poderá sobretudo ser explicado pela composição social dos contingentes de emigrantes que tinham este destino — Lisboa parece nunca ter sido destino de intelectuais ou profissionais qualificados como foram, em vários momentos da história da diáspora galega nos séculos XIX e XX, Havana, Buenos Aires ou mesmo Madrid. Não encontrei referências significativas ao movimento nacionalista nas actas da direcção ou na memorabilia guardada na biblioteca da importante associação de galegos emigrados em Lisboa, a Juventud de Galicia. Curiosamente, neste mesmo lugar, ainda hoje se pode aprender, para além de gaita e de danças galegas, ‘sevillanas’ e ‘flamenco’ (ou comer paella no restaurante), dando conta de desfasamentos destes expatriados face às políticas de nacionalização da cultura que hoje empenham todos os sectores políticos na comunidade autónoma.

este tema, que me interessava especialmente. Com o passar do tempo, fui percebendo que para Rafael a sua experiência biográfica de Lisboa ou do Brasil e as expressões ‘monumentalizadoras’ mais características do filolusismo galeguista — cujos tópicos também frequentava nas discussões à mesa — surgiam como dimensões paralelas que não se interinfluenciavam, surpreendentemente.

Apesar da sua importância retórica, são muito estreitas e previsíveis as referências feitas a Portugal que se podem encontrar na literatura que deu voz ao movimento nacionalista galego. As opiniões de muitos dos galeguistas mais convictos que conheci em Santiago de Compostela estavam por regra balizadas por aquelas referências, facto que dará conta da difusão eficaz de uma ideologia onde a citação de Portugal tem um enorme relevo. As referências ao país vizinho feitas no discurso galeguista podem ser caracterizadas como apropriação de aspectos muito selectivos da cultura portuguesa. Surgem-nos como percepções estereotipadas, invariavelmente positivas, mas por regra muito desfasadas do que é familiar e julgado relevante no quotidiano dos nativos do país vizinho (*cf.* propostas comparativas de O’Neill 1995; Herzfeld 1991).

Podemos encontrar um exemplo datado no *Sempre en Galiza*, o texto de Castelao que é considerado até hoje a ‘bíblia do galeguismo’. O autor denuncia, muitos anos passados, a mimetização paródica que os seus condiscípulos mais levianos e alienados das preocupações galeguistas tinham feito de aspectos triviais da cultura portuguesa, no regresso de uma deslocação a Coimbra de universitários em 1906. Dizia Castelao:

Os estudantes galegos — señoritos educados na ñorancia de sí mesmos — bulrábanse da melurosa cortesía dos portugueses, de importación francesa, e da música bisbiseante do seu lingoaxe, e ao voltaren das tunas puñaban uns cos outros no arremedo da oratoria e da xentilexa con que foran agasallados en Portugal. N-este mester os tunos recurrían a toda caste de bufonadas con tal de faceren rir aos seus compañeiros. Lembrábanse dos pés de cabalo, dos contos de reis, do viño verde... e, às veces, do amor frenético d-algunha serventa mulata..., pero era seguro que non meteran o nariz n-unha cátedra, nin se asomaran a ningunha librería, nin deprenderan o nome de ningún escritor... (1976, p. 360).

Outro tipo de interpretação poderia sugerir que aquelas mimetizações assim denunciadas eram, afinal, formas especialmente aptas para conhecer uma sociedade estranha (cf. Taussig 1993) ou de conseguir um seu conhecimento mais “íntimo” (cf. Herzfeld 1997), aquém das lições de “cátedra” e dado pelo “amor frenético d-algunha serventa mulata”.

Nos meios nacionalistas lusófilos é possível ouvir referências sérias aos “lusos” e conhecer pessoas jovens capazes de citar Guerra Junqueiro ou Teixeira de Pascoaes, como também são frequentes as referências coloquiais neutras à ‘revolución dos claveis’ (uma designação que soará como menção retórica de uso muito pontual para qualquer português, de há uns anos a esta parte). Em várias ocasiões ouvi na Galiza, muito surpreendido, explicações detalhadas sobre a anexação de Olivença; aliás, esta dita ‘questão’ é mais frequentemente referida nas ‘páginas’ da Internet mantidas por galegos do que por portugueses; ainda que aqueles, ironicamente, usem a designação espanhola, Olivenza, na maior parte das vezes.

É possível reter muitos outros exemplos contemporâneos, ainda mais comezinhos, desta disposição para o apreço do que é português, marcada, como sugeria, por desfazamentos face aos lugares-comuns e às valorações que hoje são observadas quotidianamente na sociedade portuguesa. Em Santiago, entre as pessoas que fui conhecendo, pude, muitas vezes, perceber como um apreço emotivo da música vinda do país vizinho acolhia sincreticamente produtos que os consumidores portugueses habitualmente separam. Também era curioso perceber como é comum um apreço exorbitante do frango assado, uma especialidade que era tomada como emblema das bondades da culinária no país vizinho por vários dos meus conhecidos compostelanos, menos habituados a viajar em Portugal — gosto que aparecerá como bizarro para os portugueses da classe média, para quem aquela receita surge hoje como exemplo local de *fast-food* apreciado sobretudo por crianças.

Um dos meus amigos na Galiza tinha um conhecimento quase embaraçoso para mim da literatura e da história — e mesmo de aspectos relativamente minuciosos da vida política recente — portuguesas. Mas, como outros galegos que conheci, Xosé Bieito também era apreciador do frango assado e das fadistas Dulce Pontes e Mísia. Em dada ocasião, foi inadvertidamente que fiz numa conversa qualquer um jogo de palavras que era uma citação do humorista mais popular em Portugal dos últimos 20 anos, Herman José, deixando o meu interlocutor bastante

perplexo e a pedir explicações sobre o sentido daquela citação avulsa. Estas foram necessariamente morosas: tive de dar conta de quem era o dito humorista, de como era grande o seu sucesso em Portugal, porque é que tinha um nome tão pouco comum, etc., tarefas bizarras, tanto mais quanto pensava conhecer bem o meu amigo. Xosé Bieito — apesar de nunca ter ouvido falar de Herman José — conhecia bem a obra de Camões e a história das edições da *Clepsidra*, de Camilo Pessanha, os filmes de Manoel de Oliveira e minúcias do destino de alguns dos ‘capitães de Abril’ nos anos recentes, por exemplo.

Curiosamente, consegui esclarecer X. Bieito naquela ocasião referindo-me à programação da TVE, onde actuava outro humorista que era um caso de sucesso de algum modo análogo ao de Herman José; não havia nenhum humorista na TVG (Televisión de Galicia) assim tão carismático e facilmente reconhecível. Mas tão-pouco Bieito concedia atenção ao canal autonómico porque, na sua opinião, era manipulada e pouco objectiva a informação diária, baixa a qualidade da programação geral e artificioso o galego ali falado pelos locutores. Tomando este exemplo em conta, é verdade que se torna difícil figurar qualquer outro exemplo de um tópico ou personagem portuguesa com possibilidades tão generalizadas de reconhecimento como as do humorista que ficou referido.

Lila Abu-Lughod sugeria recentemente a importância de “elasticizar criativamente” as descrições “densas” a que habitualmente procedem os antropólogos, indo ao encontro das vidas permeadas pela influência dos media dos seus objectos de estudo (Abu-Lughod 1997). Anotava ainda a relevância de considerarmos o “sistema nacional” na hora de seguirmos os “textos culturais” discretos, veiculados pela televisão, o meio de comunicação de massas que toma como exemplo. Julgo que estas são sugestões de algum modo óbvias, contudo arriscam-se a parecer inéditas e até impertinentes numa ciência marcada por valorizações exclusivas dos procedimentos de recolha de dados face a face, com expressão localista, na maior parte das vezes^[24].

Comprar uma televisão foi uma prioridade que senti, logo que consegui alugar uma casa em Santiago. Neste ‘terreno’ — e tendo em conta os interesses de estudo que mantinha —, tornou-se clara a necessidade de

²⁴ Um proverbial trabalho feito em “aldeias”, segundo o jogo de palavras famoso de Geertz (1983), propiciando dados arcanos, como tantas vezes fica sugerido na respectiva posição ou nas referências reificadas às circunstâncias de recolha.

a tentar na programação da TVG e nos modos de fazer a representação oficial da cultura nacional galega, importantes para muitos galegos que não partilham as perspectivas muito críticas da esquerda nacionalista sobre a televisão autonómica. Mas também era importante que estivesse minimamente atento à programação dos canais estatais, uma cautela cuja pertinência ficará sugerida pelas anedotas desenroladas nos parágrafos anteriores. Essas ilustrações, aliás, propõem dúvidas pertinentes sobre qual devia ser o “sistema nacional” relevante a considerar neste caso, se seguirmos as boas sugestões de Abu-Lughod (1997).

Na TVG surpreenderam-me muitas vezes as formas com que se alimentavam as novas possibilidades de pensar em língua galega. Por exemplo, de madrugada era possível ver John Wayne em correrias por *Monument Valley*, falando um galego normativo pulcro, uma situação que propunha palimpsestos surpreendentes de léxicos rústicos. O que importa notar neste passo, contudo, é que aquelas possibilidades eram até há pouco inéditas num contexto mediático de massas que tinha sido dominado quase exclusivamente pelo uso do castelhano^[25].

Como já sugeri, muitos dos nacionalistas desprezariam a maior parte da programação da televisão autonómica e, por isso, mantinham-se informados por intermédio dos canais que emitem para todo o estado. O mesmo acontecia com a imprensa, isto porque julgavam débeis e manipulados os conteúdos dos jornais editados na Galiza. Anxo, outro dos meus conhecidos, era um leitor devotado do semanário português *Expresso*. Gastava nesta leitura as tardes de domingo e ainda uma parte do início da semana, no café que ambos frequentávamos. Muitas vezes, comentava em voz muito alta o noticiário da TVG ou da TVE, servindo-se

²⁵ Os usos normalizados da língua na TVG arrastam uma uniformização tendencial da língua falada e escrita ao longo do território autonómico, com uma força que não pode ser igualada por nenhuma das alternativas concorrentes. Por exemplo, contou-me uma informante — cujos pais viviam num vale isolado da Serra dos Ancares, no extremo oriental da Galiza — que a sua mãe tinha vindo, de há uns anos a esta parte, a incluir no seu léxico novas palavras galegas. Estas eram oriundas do galego normativo que tinha como efeito desalojar tanto castelhanismos como formas localistas do galego, “castrapismos”, como os designou em conjunto a minha informante, pouco convencida da pureza linguística do galego que falavam os seus pais nos Ancares. Apesar de não ter acesso às emissões da TVG, por dificuldades de sintonia no vale isolado em que vivia, a dita senhora alargava o seu léxico apenas porque convivia aos domingos com as suas amigas no povoado mais próximo. Estas assistiam regularmente às *soap-operas* da TVG ou às “Tardes con Ana” (um famoso programa): assim aprendiam a nova cultura galega.

de exemplos da leitura que tinha em mãos como base das suas tiradas irónicas. Os clientes esporádicos, que não lhe conheciam as originalidades, inquietavam-se sobre a sua sanidade mental, quando fazia analogias descontextualizadas entre aspectos da vida política dos dois países. Um dia perguntei-lhe por que é que não lia antes o diário português *Público*, dando-lhe a minha opinião sobre a maior qualidade relativa deste jornal; Anxo concordou comigo, aliás, comprava-o esporadicamente. Contudo, como me explicou, punha-se um problema pertinente: o *Público* chegava com atraso de um dia a Santiago; por isso, Anxo cumpria a sua hegeliana ‘oração diária de homem moderno’, lendo *El País* (cf. Anderson 1991). O famoso jornal madrileno é mesmo designado ‘intimamente’ na Galiza como “O País” e era para Anxo — e para quase todos os intelectuais nacionalistas que conheci — uma leitura quotidiana obrigatória.

Em Julho de 1997, assisti numa praça de Santiago a um concerto de música ‘tradicional’ promovido pela autarquia. Estava acompanhado por outro dos meus amigos galegos, também ele simpatizante do BNG. Antón estudava literatura portuguesa, era a sua segunda licenciatura, uma escolha que só se justificava pela sua lusofilia entusiasta, uma vez que tinha um trabalho estável e eram nenhuma, na sua opinião, as possibilidades práticas de utilizar esta nova qualificação. Ele era admirador incondicional de Eça de Queiroz e eu de Camilo Castelo Branco; mantínhamos com estas referências literárias uma relação jocosa de grande vivacidade desde que nos conhecíamos.

O porta-voz do grupo em palco apresentava cada uma das canções do repertório com grande rigor, dando conta dos lugares e das circunstâncias da recolha e enfatizando os méritos da salvaguarda patrimonial assim cumprida.

Aquelas velhas canções, disse, tinham sido recolhidas no limiar do desaparecimento, em zonas montanhosas do interior, na raia entre Portugal e a Galiza, no Leste. Um dos espécimes foi apresentado com um dramatismo ainda maior; a sua recolha tinha sido feita numa zona de Portugal muito remota e arcaizante, junto à fronteira por alturas de Verín, da boca de uma senhora velhíssima. Vale a pena transcrever os primeiros versos da canção que assim foi apresentada na Praça do Toural: “Água fria, da ribeira / Água fria que o sol aqueceu / Três corpetes, um avental...”

Ficou muito confundido o meu companheiro, quando comecei a rir às gargalhadas depois de ouvir o primeiro verso. Foi realmente

difícil transmitir-lhe, naquele momento, todas as vertentes irónicas do anticlímax, inevitável para quem fosse português e tivesse atentado na dramatização que as circunstâncias da recolha da cantiga tinham suscitado. Aquela era uma das cançonetas emblemáticas duma das mais conhecidas comédias cinematográficas dos meados do século XX. Em Portugal, porque é muito frequente a difusão televisiva do dito filme, cada um daqueles versos funciona como um mote de reconhecimento automático, sendo frequentes os seus usos paródicos no quotidiano, que passam pelas mais variadas alusões ou por mimetizações repentistas da *performance* da popularíssima actriz cómica que o protagonizou. O seu reconhecimento podia ser considerado um tópico da cultura comum dos portugueses — plenamente nacionalizada, atravessando todos os contextos regionais —, sendo facilmente reconhecível por crianças e adultos das diferentes camadas da sociedade portuguesa, como aliás acontece com as tiradas humorísticas de Herman José.

5. Vozes ceives galegas e minhotas

No Minho, logo que nos afastamos uns poucos quilómetros da fronteira torna-se muito difusa a percepção do galego como uma língua diferenciada do castelhano, até acontece frequentemente que seja ignorada a sua existência^[26]. Nos contextos rurais que me são mais familiares nesta província portuguesa, estão habitualmente limitadas as referências

²⁶ É polemizável a designação *castelhano* agora usada para referir a língua oficial do Estado espanhol. Tem esta designação rigor histórico, na medida em que distingue uma das línguas neolatinas vigentes na Península e o seu percurso de afirmação como língua preponderante, a única que conheceu uma tradição literária continuada e que foi usada pela administração do estado. Em Espanha, presentemente, o uso do termo *castellano* — *castelán*, em galego — como alternativa de *español* tem conotações políticas muito óbvias, quando é usado fora dos circuitos académicos especializados. Sugere uma tentativa de negação de legitimidade à hegemonia de facto usufruída pela língua há mais tempo firmada nos usos oficiais. Deste modo, o termo *castellano* — e as suas diversas traduções — será usado por quem esteja mais próximo das posições nacionalistas periféricas e tem conotações pejorativas evidentes na maior parteddas vezes. Em várias ocasiões, o uso pretensamente mais neutro que eu próprio fazia do termo *castelán* — tendo em conta critérios históricos mas, sobretudo, influenciado pelos meus interlocutores mais habituais — foram censurados. Dir-me-iam que devia usar *español*, porque esta era a língua que todos efectivamente falavam enquanto ‘españoles’.

ao que é ‘galego’ a refrões e qualificações tradicionais por regra pouco abonatórios e que muito pouco têm a ver com os modos positivos de imaginar a língua e a nação consolidados na história do discurso galeguista.

A constatação do desconhecimento da língua galega era bastante penosa para os galegos mais lusófilos que conheci, que lamentavam amiúde que, paradoxalmente, os portugueses compreendessem mal a sua língua, a estranhassem muito e que, na maior parte das vezes, pudessem retorquir a questões postas em galego mimando um castelhano que lhes parecia inevitavelmente cómico, dadas as suas incorrecções flagrantes. Estes quiproquós verificavam-se muitas vezes em localidades minhotas próximas da fronteira, por exemplo em Caminha, Ponte de Lima ou Barcelos, lugares onde os meus informantes galegos esperavam sentir-se irmanados com os nativos e não ter peias de comunicação ao usarem a sua língua vernácula.

Aqueles desencontros de expectativas eram em Santiago tema frequente de comentário entre a roda dos meus conhecimentos. Assim, vários deles tinham alguma pergunta a fazer sobre o nome de qualquer objecto em português ou como se pronunciava exactamente alguma palavra. Habitualmente estas perguntas incidiam sobre termos muito comuns que tinham induzido alguma situação de impasse nos diálogos, numa qualquer das suas visitas a Portugal, quando a situação mais característica corria com o interlocutor português a esforçar-se por falar castelhano com quem lhe retorquia em galego. Multiplicavam-se, assim, os obstáculos de compreensão, que podiam ser hilariantes quando contados, na medida da graça que tivesse o narrador destes imbróglis muito recorrentes. Acontecia frequentemente que as palavras ou expressões que tinham suscitado impasses pudessem ser encontrada em textos antigos portugueses ou ainda a uso em algumas localidades do Minho rural; o mesmo poderia dizer-se de práticas reconhecíveis em ambos os contextos, mas que, todavia, também podiam tornar-se motivo de incompreensões mútuas.

Com um exemplo, quero sugerir de seguida a dificuldade em dar conta destes paralelismos de maneira avulsa e atribuir-lhes sentidos taxativos de identidade comum, sem tomar em conta os condicionamentos que processos diferenciados de “objectificação” das culturas nacionais impõem ao respectivo entendimento (*cf.* Handler 1988). São pois, mantenho, problemáticas as valorações acríicas de um pano

de fundo de similitudes a-históricas, só defensáveis quando se fazem recolecções avulsas que suprimem o tempo e a referência à ganga das práticas sociais efectivamente observáveis.

Numa obra que explica os símbolos oficiais em vigor na Comunidade Autónoma (Cores Trasmonte 1986)^[27], surge uma nota curiosa a respeito dos símbolos acústicos na Galiza e, particularmente, do seu uso na história da militância galeguista. Diz:

Galicia es rica en símbolos acústicos o sonoros de tipo ideológico y político. Los berros o gritos son muchos y se lanzan con frecuencia, tanto en fiestas típicas, como en actos patrióticos. Algunos de estos berros tienen efecto rubricante, para destacar la culminación de un acto político, como en Terra a Nosa! O el de Galicia Ceibe! Más que gritos o berros de identificación y de adhesión y proselitismo, son instrumentos de afirmación y de profundización en el espíritu comunitario que se vive en ese momento en el banquete, en acto político o en la actividad cultural (Cores Trasmonte 1986, p. 101).

Sublinho a referência feita a diversas práticas ‘típicas’ das classes populares, adoptadas selectivamente e postas a uso como recurso de militância nacionalista — nomeadamente a adopção de ‘berros’, agora em causa —. Estes tinham sido característicos de antigas práticas lúdicas dos contextos rurais ou de pequenas vilas, em festas, serões ou trabalhos colectivos, dos quais podemos encontrar várias notícias, dispersas pela bibliografia etnográfica da Galiza (cf. Lema Bendaña 1990–1991; Mariño Ferro s.d.). Apenas alguns destes ‘berros’ — *berros secos* ou *aturuxos*, as designações usadas habitualmente — são apropriados a usos novos e

²⁷ D. Baldomero Cores Trasmonte — um sociólogo e também jurista profissional, historiador amador; de facto, um dos polígrafos galeguistas eméritos ainda activo — foi um dos meus ‘informantes’ mais importantes, em Compostela. A sua boa disposição irónica, o conhecimento que tinha das ‘paixões’ dos homens e as suas perspectivas cosmopolitas enriqueceram muito as minhas opiniões sobre o nacionalismo galego, ao longo do nosso convívio. D. Baldomero nasceu numa vila da costa, a sua língua materna era o galego, tinha sido emigrante e professor de sociologia na Universidade de Porto Rico. Era um “galego universal”, seguindo a expressão frequente na Galiza. Como jurista, “abogado do parlamento”, D. Baldomero era um dos homens que tinha ajudado a “facere Galicia”, desde uma posição muito particular e influente, porque também as formulações jurídicas esteiam a construção contemporânea da cultura galega de um modo decisivo (cf. Handler 1988).

prestigiados, seja nas manifestações políticas, na literatura, na música erudita, no teatro ou no apreço dos etnógrafos que os comentam. Assim, por exemplo, o aturuxo “U ju juu...!”, será apreciado pelo seu arcaísmo e força telúrica, existindo um rasto de variados comentários eruditos que o evocam, sendo emitido em *performances* em espectáculos vanguardistas sofisticados e tendo intitulado mesmo um ‘poema futurista’ de Vicente Risco, o incontornável ideólogo do nacionalismo galego antes de 1936. Simultaneamente, outro dos ‘berros’ frequentes nos ajuntamentos de rapazes, “Ei Carballeira!”, será considerado boçal e vulgar, citação periodicamente reiterada por articulistas quando para exemplificar algum tipo de comportamento grosseiro de lapuzes^[28].

Baldomero Cores Trasmonte anota também que as divisas escolhidas pelos militantes ‘regionalistas’ do século XIX tinham sido ainda compostas a partir de frases latinas — *Deus Fratesque Gallaeciae*, por exemplo —, compreensíveis para uma *intelligentsia* tradicional fora das fronteiras da Galiza (cf. Anderson 1991). Os ‘berros’ em vernáculo teriam surgido legitimados na arena política no âmbito do movimento nacionalista na segunda década do século XX. Então, aqueles foram recuperados nos actos políticos, mas também fixados pela escrita, por exemplo na cabeceira de periódicos ou de panfletos, ou para fechar artigos de militantes — exemplos de consagração e alargamento, para além dos usos rurais, localizados e repentistas, que anteriormente sofriam. Com o exemplo citado temos uma menção suplementar dos processos de vernacularização da língua galega escrita, que foram sobretudo protagonizados por grupos de letrados de castelhano-falantes^[29].

É especialmente sugestivo o reconhecimento dos ‘berros’ enquanto “instrumento de afirmação e aprofundamento do espírito comunitário”, sugerido por Cores Trasmonte (1986). Porém, vimos no início deste capítulo que foram paradoxais as consequências de um destes

²⁸ Como já o fizera Castelao, numa conferência dos anos 20. Para quem analisa as expressões contemporâneas da cultura nacional galega, as possibilidades de reconhecer citações encobertas são, aliás, muito frequentes.

²⁹ Um dos meus entrevistados em Santiago — figura importante nas políticas de nacionalização da cultura galega desde os anos 50 — referia habitualmente o castelhano, de forma depreciativa, como “baixo latim”. Esta é uma metáfora curiosa se for percebida de encontro à leitura de Anderson (1991), na medida em que ilustra as potencialidades de segmentação do campo linguístico arrastadas pela afirmação dos movimentos nacionalistas.

“berros”, quebrando a harmonia que a interpretação conjunta da “Laurindinha” criara entre galegos e portugueses na Rúa do Franco. A palavra *ceive* — ou *ceibe*, um termo estranho para ouvidos dos falantes de castelhano ou do português das camadas urbanas —, usada para qualificar o grito “Viva Galiza”, poderia ser, muito provavelmente, entendida pelos componentes da rusga, nativos do sul do Minho, gente de origens rurais. Contudo, seria pouco provável que compreendessem plenamente as implicações daquele uso contextual, dada a discrição genérica que sofrem as reivindicações nacionalistas fora das fronteiras da comunidade autónoma.

Ceive e *ceivar* são vozes que surgem anotadas no *Dicionário* de Morais (1999) como “provincianismos minhotos”. *Ceivar* surge definido da seguinte maneira: “ceivar os bois, soltá-los do jugo. Destapar, soltar”. Na medida da minha experiência, é actualmente uma palavra pouco ouvida e ainda mais raramente escrita no contexto minhoto^[30]. Na Galiza esta palavra — grafada de dois modos, *ceive* ou *ceibe* — tinha, nos contextos rurais, os mesmos sentidos aproximados que são atribuídos na entrada do Morais (que a acolhe sob a forma *ceive*, ainda que seja pronunciada por regra *ceibe*). Por exemplo, a *ceibada* — *ceivada* é termo que o Morais não acolhe — designa nos campos do vale do rio Lima um período muito curto que antecede as lavras da Primavera, uma ocasião em que a abundância de pastos permite que o gado paste livremente, sem observar as delimitações das propriedades, ali proverbialmente muito vigiadas.

Ceive é uma palavra que em Portugal está em vias de se tornar um cultismo por rarefacção rápida dos seus usos, susceptível por isso de vir a ser recolhido por etnógrafos ou por linguistas em contextos rurais mais isolados, ou de ser usada em novelas, em filmes históricos, *performances* etnográficas, etc. Na Galiza, a mesma palavra tem as origens rurais similares e também foram cingidos à oralidade os seus usos; hoje, todavia, é muito ampla a sua difusão escrita e é usada para vocalizar aspirações das massas nas grandes concentrações urbanas promovidas

³⁰ Anoto agora, porque é realmente muito raro, um uso escrito recente que pude encontrar num jornal de uma freguesia minhota, numa carta de um leitor: “O senhor padre David tinha entrado para escuteiro e com o desentendimento pediu a demissão e saiu de escuteiro. Assim andamos numa ribeira *ceiva* [meu itálico]” (*Monte do Castelo*, 319).

pelo movimento nacionalista^[31]. Estes usos ostensivos sobrepõem-se ao da palavra *livre* e aos termos dela derivados que também são vozes galegas, menos usados hoje em dia, porque cantonados no seu uso pelos entusiasmos postos no processo de vernacularização da língua galega.

Também poderá ser registada no Minho a memória de um tipo de ‘berros’ similar àqueles usos que Baldomero Cores Trasmonte (1986) dizia terem sido ‘típicos’ na Galiza, onde usos políticos actuais os teriam feito reviver, prestigiando-os e inscrevendo-os em contextos de uso massificados pelos media. Assim, numa das freguesias do distrito de Braga onde fiz trabalho de campo no início dos anos 90, foi lembrado num certo serão, como era ‘costume’ no passado, que os ‘moços’ que participavam em trabalhos colectivos ou em confrontos de grupos juvenis ‘afoutassem’. ‘Afoutar’ consistiria, segundo a explicação, em lançar gritos estereotipados de júbilo e de afirmação de solidariedade de grupo, sob a forma de onomatopeias difíceis de transcrever. Esta memória já remota foi desfiada por pessoas na casa dos 40 anos e surgiu como novidade absoluta para os presentes mais jovens; estes, mais escolarizados, tinham crescido em tempos mais prósperos, marcados por grandes transformações que, nomeadamente, se espelhavam nas práticas de sociabilidade juvenil.

As ilustrações até agora propostas permitem sugerir que a palavra *ceive*, quando associada às manifestações políticas de massas, possa surpreender muito os nativos do Minho de origens rurais. Da mesma maneira, poderão surpreendê-los muitas outras palavras, hoje eventualmente usadas por galego-falantes urbanos das camadas mais escolarizadas e que surgem carregadas de associações rurais muito óbvias^[32]. Para um ouvinte minhoto, estas poderão surgir como familiares mas também surpreendentes, simultaneamente, pelo estatuto patente dos

³¹ São exemplos os comícios ou actos comemorativos do movimento nacionalista. “Galiza ceibe” ou “Galiza ceibe, poder popular”, são frases frequentemente inscritas em *grafitti* nos muros das maiores cidades galegas, ou até em Portugal nas terras raianas. Alguns dos meus conhecidos na Galiza tinham, nalgum momento, feito surtidas nocturnas ao país vizinho para fazer este tipo de *grafitti* em paragens de autocarro ou nos muros da beira da estrada.

³² É fascinante observar na Galiza a frequência dos usos de metáforas de origem rural nas formas mais elaboradas de retórica — nos púlpitos, na universidade, ou parlamento—, uma consequência dos usos do galego que substituem hoje em dia sistematicamente o castelhano em todas as ocasiões mais solenes.

seus usuários, como acontece quando um empregado de mesa vindo de uma das aldeias circunvizinhas ouve falar um médico ou professor universitário galego num restaurante de Barcelos ou Ponte de Lima.

A palavra *ceibe* (*ceive*) é associada a práticas já deixadas para trás nas freguesias rurais minhotas que conheço e sempre parece ter sido alheia ao vocabulário da maioria dos habitantes das vilas e cidades desta província. Nos contextos rurais, este termo que alude a tempos já passados quando, por exemplo, era dramático que o excesso de chuva rompesse as represas da água de rega ou que fugissem os bois de tracção à desfilada num acidente ou ainda no tempo em que as crianças pastavam as vacas sem cuidados de vigilância — com menos responsabilidades e maiores brincadeiras — nos meses de Abril e Maio antes da vessadas. Do mesmo modo, os berros expressivos com que se ‘afoutava’ evocam lutas entre lugares vizinhos, trabalhos colectivos que já não se realizam, solidariedades localistas que já não vingam ou que ganharam outros meios de expressão. São evocações de algum modo pastoris estas que agora faço, têm registos etnográficos e fizeram, ainda, parte da experiência das gerações mais velhas, ainda em presença, tanto no Minho como na Galiza rurais. No entanto foi uma cultura nova, erudita, que no segundo contexto reavivou o seu uso, atribuindo-lhes novos sentidos e novas oportunidades de emprego. Paradoxalmente, são estas expressões de uma cultura nova que podem arrastar bloqueios de compreensão entre galegos e minhotos, como quis demonstrar por intermédio de um exemplo banal do uso de palavras cujo destino contemporâneo é bem distinto em cada um dos casos.

São vários, aliás, os exemplos que podiam ser propostos, no que diz respeito aos usos das palavras; um exemplo especialmente curioso — e, talvez, com maior transcendência ideológica — será o da palavra *saudade*. Foi usada por Rosalia de Castro e depois apropriada no discurso nacionalista galego, sob influência das especulações de intelectuais portugueses como Leonardo Coimbra ou Teixeira de Pascoaes. No galego actual, *saudade* — um cultismo! — perdeu-se praticamente nos usos orais e escritos, a favor do termo vernáculo *morriña*, que é mais popular (e que, aliás, também já ganhara usos literários ao tempo do ‘Rexurdimento’). Esta também é uma palavra usada nos contextos rurais do Minho — sob a forma *morrinha* —, onde significa enfraquecido, débil, doente, sentidos parcialmente aproximáveis daqueles que recobre o termo na Galiza.

Contudo, no Minho, aplica-se sobretudo este termo a animais, particularmente aos cães. Quando aplicado a pessoas é considerado grosseiro e ganha conotações desqualificadoras muito fortes; pode ser usado, por exemplo, para dizer nas costas de algum toxicodependente: “esse, anda para aí como um cão morrinhento...”. Vemos que estes usos minhotos do termo são simétricos da acumulação de sentidos positivos e transcendentais do seu uso no galego, onde, desde os meados do século XIX, as referências à ‘morriña’ são usadas para discursar qualidades positivas da ‘alma’ ou da ‘psicologia’ galegas (cf. uma distinção curiosa, e influente, entre ‘morriña’ e ‘saúde’ proposta no *Sempre en Galiza*, de Castelao).

6. Onde é que as identidades são?

Quando Guadalupe regressou a Santiago — depois de ter passado uma temporada junto aos pais nos Campos Góticos, perto de Palencia — disse na roda dos amigos que já vinha cheia de “morriña” de Santiago, da Galiza, até da “xoiba”, ali tão constantemente presente. Guadalupe era uma mulher alta e ruiva, cujo perfil e postura tinham, surpreendentemente, muitas parecenças com os ‘godos’ estereotipados na banda desenhada *Astérix entre os Godos*. Tinha crescido nas ‘austeras’ paisagens castelhanas, a referência emblemática de pintores e literatos, cujas obras tinham contribuído para a nacionalização da cultura das elites espanholas nos finais do século XIX (cf. Peña 1998; Álvarez Junco 2001). Mas já vivia há quase vinte anos em Santiago, tinha conseguido uma ‘casa de aldeia’ dos arredores e cultivava legumes na horta, era uma produtora profissional de espectáculos de música ‘celta’. Guadalupe falava um galego pontuado por interjeições muito vivas — ditas habitualmente vernáculas —, como o faziam tantas das mulheres simpatizantes da esquerda nacionalista que conheci em Santiago, que habitualmente tinham muitas qualificações académicas.

Disse-me um dia que havia certos sons nas palavras galegas que ainda não conseguia pronunciar correctamente — eram sequelas de ter crescido em Castela — mas era galega que já se sentia. Abro o *Sempre en Galiza*, extraio uma citação do *myth maker* inspirado que foi Castelao e encontro um trecho emblemático, parábola conhecida pela minha informante e por muitos galegos contemporâneos:

Certo que nos sentimos celtas, pero máis que pensar nos invasores que nos deron o pulo xenésico da nosa unidade espiritual, pensamos nas afinidades étnicas que nos asemellan a outros povos atlánticos, que viven nos Fisterres: irlandeses, galeses, brétons, etc. E tales signos diferenciales atribuímos ao poder creador da Terra-Nai, molde que nos vai facendo â sua imaxe e semellanza. O sol é único para todo-os homes do mundo; pero fai negros en África e brancos en Europa. E a nosa Terra ten poder bastante para facer brancos aos negros.

Fai moito tempo escribin un conto: érase un “habanero” que trouxo un rapaciño negro, como podía traer un papagaio ou un fonógrafo... O “habanero” morreu, e o negro chegou a mozo, e sinteu, como calisquera galego, a necesidade de percorrer mundos. I emigrou a Cuba; pero a morriña non-o deixaba vivir alí. E farto de chorar voltou â súa terra. Non traía cartos; pero traía un traxe novo, un baúl valeiro e moita ledicia no corazón. Aquel negro era galego (Castelao 1976, p. 41).

No Outono de 1998 assisti em Santiago de Compostela a uma palestra organizada pelos estudantes de uma das residências universitárias da cidade.

Tinha sido convidado para falar sobre a “identidade portuguesa” um professor vindo do país vizinho que então dava aulas na universidade compostelana. Era patente o interesse da assistência que encheu uma pequena sala. O palestrante defendeu um argumento que interessou os assistentes pela sua novidade, mas que teria sido bastante familiar junto de uma audiência portuguesa com estudos universitários. Tomou como única referência as teses influentes de Eduardo Lourenço sobre a “identidade portuguesa” (cf. Lourenço 1978), dando-as a conhecer aos seus auditores de um modo sintético e muito fiel, sem que tivesse introduzido matizes ou problematizado a sua validade em qualquer momento da exposição.

Era notória na atitude do conferencista alguma falta de desenvoltura. Esta é uma das razões que encontro para um passo em falso em que incorreu, no fim da exposição, quando quis suscitar a simpatia da assistência ainda tímida, e ganhá-la para um debate final. Sugeriu, sendo ele originário do Norte de Portugal, que, ao fim e ao cabo, as suas afinidades por relação aos presentes seriam provavelmente mais fortes do que aquelas que sentia por relação a um “lisboeta” ou a

um habitante do extremo sul do seu país de origem, “um algarvio”. Depressa esta sugestão foi polemizada por um dos presentes mais atento, que veio expor a incongruência da observação com todo o curso do argumento percorrido anteriormente pelo conferencista. Afinal, as teses de Lourenço tinham servido para fazer uma caracterização dos portugueses que justamente os solidarizava na partilha de uma ‘identidade’ comum. Esta tinha ficado caracterizada de um modo absoluto, facto que, em termos lógicos, não deixaria caber nenhuma das triagens que o conferencista agora pretendia introduzir. Contudo, o embaraço foi momentâneo, ultrapassado de uma maneira benigna: quando todos os presentes se envolveram na reiteração das afinidades entre a Galiza e Portugal.

Cito de novo *Sempre em Galiza*, mas também, simultaneamente, Manuel Murguia; porque Castelao parafraseia aqui descrições propostas já em 1888 pelo ‘patriarca’ do nacionalismo galego em Galicia:

Cando un galego entra nas planuras de León ou de Zamora, síntese en terra allea, invadido po-la tristura que producen os desertos. Cando entra en Asturias ten que afacer os seus ollos a un novo estilo de paisaxe. Pero cando traspón a fronteira portuguesa, síntese na propia terra, e non dá creto ás arbitrariedades da política hestórica (Castelao 1976, p. 45).

Referências Bibliográficas

- ABU-LUGHOD, L. (1997). The interpretation of culture(s) after television. *Representations*, 59, 109–133.
- ÁLVAREZ, E., & Alonso Estraviz, I. (1999). *Os intelectuais galegos e Teixeira de Pascoaes. Epistolário*. Sada, A Coruña: Edicións do Castro.
- ÁLVAREZ JUNCO, J. (2001). *Mater Dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*. Madrid: Taurus.
- ANDERSON, B. (1991). *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso.
- APPADURAI, A. (1997). *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BEREMENDI, X., & Nuñez Seixas, X. M. (1995). *O nacionalismo galego*. Vigo: Edicións A Nosa Terra.
- BOUZA BREY, F. (1982). *Etnografía y folklore de Galicia*. Vigo: Edicións Xerais do Galicia.

- CASTELAO, D. A. (1976). *Sempre en Galiza. Obra Completa II*. Madrid: Akal Editor.
- CHAPMAN, M. (1982). Semantics and the Celts. In D. Parkin (Ed.), *Semantic anthropology* (pp. 123–144). London: Academic Press.
- CONVERSI, D. (1997). *The Basques, the Catalans and Spain. Alternative routes to nationalist mobilization*. Reno, Las Vegas: University of Nevada Press.
- CORES TRASMONTE, B. (1986). *Los símbolos gallegos*. Santiago de Compostela: Velograf.
- CORTESÃO, J. (1966). *Portugal. A terra e o homem*. Lisboa: Artis.
- FABIAN, J. (1983). *Time and the other: How anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.
- GEERTZ, C. (1983). *Local knowledge. Further essays in interpretive anthropology*. New York: Basic Books.
- HANDLER, R. (1988). *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. Madison: University of Wisconsin Press.
- HERZFELD, M. (1986). *Ours once more. Folklore, ideology and the making of modern Greece*. New York: Pella Publishing Company.
- HERZFELD, M. (1991). *A place in History. Social and monumental time in a Cretan town*. Princeton: Princeton University Press.
- HERZFELD, M. (1997). *Cultural intimacy*. London: Routledge.
- HOBBSAWM, E. (1985). Mass-producing tradition. Europe, 1870–1914. In E. Hobsbawm & T. Ranger (Eds.), *The invention of tradition* (pp. 263–307). Cambridge: Cambridge University Press.
- HOBBSAWM, E. (1994). *Age of extremes. The short twentieth century, 1914–1991*. London: Michael Joseph.
- LEAL, J. (2000). *Etnografias portuguesas (1870–1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LEDO ANDIÓN, M. (1982). *Prensa e galeguismo. Da prensa galega do XIX ao primeiro periódico galego nacionalista. 20 anos de “A Nosa Terra” (1916–1936)*. Sada, A Coruña: Edicións do Castro.
- LEDO ANDIÓN, M. (Ed.). (1996). *Comunicación na periferia atlántica. Actas do I Congreso Internacional*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- LEMA BENDAÑA, X. (1990–1991). Apuntes en aportación a unha bibliografía de tema etnográfico. *Boletín Auriense*, 20–21, 429–497.
- LÓPEZ MIRA, A. X. (1998). *A Galicia irredenta*. Vigo: Xerais.
- LOURENÇO, E. (1978). *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MÁIZ, R. (1997). *A idea de nación*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- MARIÑO FERRO, X. R. (s.d.). *Bibliografía etnográfica e antropolóxica de Galicia*. (s.l.).
- MAZOWER, M. (1998). *Dark continent. Europe’s twentieth century*. Harmondsworth: Penguin Random House.

- MEDEIROS, A. (2001). Estados e tráficos nas representações da cultura no noroeste ibérico. In M. Cátedra Tomás (Ed.), *La mirada cruzada en la Península Ibérica. Perspectivas desde la antropología social en España y Portugal* (pp. 243–271). Madrid: Catarata.
- MEDEIROS, A. (2002). *Rio de memórias e de esquecimentos. Nacionalismos e antropologias na Galiza e em Portugal* (Tese de doutoramento). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- MORAIS SILVA, A. (1999). *Novo dicionário compacto da língua portuguesa* (9ª ed.). Lisboa: Editorial Confluência.
- NÓS. *BOLETÍN MENSUAL DA CULTURA GALEGA, órgão da Sociedade “Nós”*. (1979). Vigo: Galaxia (data original da publicação 1920–1935).
- NUÑEZ SEIXAS, X. M. (1991). Portugal e o galeguismo ata 1936. Algunhas consideracións históricas. *Grial*, 30 (113), 61–77.
- O’NEIL, B. J. (1995). Emular de longe. O povo português de Malaca. *Revista Lusitana*, 13–14, 19–67.
- PEÑA, M. C. (1998). *Pintura de paisaje e ideología. La Generación del 98*. Madrid: Taurus.
- ROCHE, A. V. (1970). *Provençal regionalism. A study of the movement in the Revue félibréenne, Le feu and other reviews of southern France*. New York: AMS Press.
- SÁNCHEZ REY, M. C. (1992). O eco de alén Miño na Xeración Nós. *Grial*, 30 (113), 5–19.
- SMITH, A. D. (1991). *National identity*. Harmondsworth: Penguin Random House.
- SMITH, A. D. (1999). *Myths and memories of the nation*. Oxford: Oxford University Press.
- TAUSSIG, M. (1993). *Mimesis and alterity. A particular history of the senses*. New York: Routledge.
- THIESSE, A. M. (1991). *Écrire la France. Le mouvement littéraire régionaliste de la langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: Presses Universitaires de France.
- TORRES FEIJÓ, E. (1999). Cultura portuguesa e legitimación do sistema galeguista. Historiadores e filólogos (1880–1891). *Ler História*, 36, 273–318.
- TURNER, V., & Turner, E. (1978). *Image and pilgrimage in Christian culture*. New York: Columbia University Press.
- VÁZQUEZ CUESTA, P. (1991). Portugal e Nós. *A Trabe de Ouro*, 6, 191–203.
- VILLARES, R. (1983). As relacións da Galiza con Portugal na época contemporánea. *Grial*, 81, 301–326.
- WILLIAM, R. (1993). *The country and the city*. London: The Hogarth Press.